Quando a morte é só o começo: relatos de uma antropóloga forense

Luiza Báo Sobreira
Universidade de Coimbra | Coimbra, Portugal
luizabao@gmail.com

DOI https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v34i1pe227716

Black, Sue. 2022. *Ossos do Ofício*. Traduzido por: Regiane Winarski. Rio de Janeiro: DarkSide Books.

Vida e morte se encontram para tornar a existência um enigma fascinante na obra da antropóloga forense e anatomista Sue Black. Escocesa, a autora é referência no mundo das Ciências Forenses por sua atuação em investigações criminais e contribuições ao campo. Black destaca-se por seus trabalhos de identificação de restos humanos, principalmente de vítimas de guerras e de desastres em massa. Foi uma figura chave na investigação de crimes de guerra em Kosovo na década de 1990.

Em *Ossos do Ofício*, publicado em 2022, ela nos presenteia com uma leitura curiosa e gentil sobre os mortos e seus segredos. A morte é parte de seu trabalho e de suas reflexões sobre a vida. Nas páginas desse livro, Sue Black nos mostra que:

> O esqueleto humano é composto por mais de duzentos ossos, e cada um deles tem uma história própria para compartilhar. Alguns vão contar de boa vontade para quem se der ao trabalho de perguntar; outros guardam seus passados com certo ciúmes até que um investigador científico hábil e persistente os convença de revelarem suas verdades (Black, 2022: 11).

A autora nos guia por um universo que carrega o eco das nossas experiências, hábitos e atividades. Todos os nossos ossos contam histórias, pois são a nossa estrutura e sobrevivem por muito tempo depois que o resto de nós se esvai.

A rotina da antropóloga forense fundamenta essa narrativa envolvente, que analisa o robusto esqueleto humano, com informações técnicas e relatos impactantes – e, por vezes, pessoais. *Ossos do Ofício* é um verdadeiro manual de descobertas e conhecimento, a partir de toda sabedoria e paixão da autora.

A disciplina

A Antropologia Forense é o estudo dos remanescentes humanos com objetivos médico-legais. O campo emprega métodos científicos para responder quatro diretrizes básicas. São elas:

I) Determinar se os restos são humanos;

II) Estabelecer se eles têm relevância forense;

III) Identificar os remanescentes;

IV) E, se possível, ajudar outros profissionais a estabelecerem a causa e a forma da morte.

Ou seja, o cientista precisa estar habilitado para reconhecer cada osso e suas particularidades, além de aplicar os métodos adequados com objetividade e integridade. Além disso, deve avaliar se os remanescentes são recentes, afinal de contas, a disciplina lida com a memória de um passado não tão distante. Esse tempo é denominado intervalo *post-mortem* (IPM) e pode ajudar a determinar os rumos de uma investigação, se estamos diante de um caso criminal ou de um caso arqueológico, por exemplo.

Para o trabalho de identificação, o antropólogo forense deve traçar um perfil biológico, isto é, estimar sexo biológico, idade, estatura e afinidade populacional. Em uma investigação, essas informações são solicitadas pela polícia, de modo a possibilitar a inclusão ou exclusão de possíveis vítimas em uma triagem de desaparecidos. O perfil biológico nada mais é do que a avaliação de parâmetros genéticos. A metodologia aplicada dependerá do estado de preservação e disponibilidade dos ossos. Por fim, o profissional deve auxiliar, caso seja viável, o patologista nas determinações de como e de que forma a morte ocorreu. Às vezes, os ossos nos contam não apenas sobre quem era a pessoa, mas o que pode ter acontecido com ela.

O trabalho não é tão simples e a regra de ouro das ciências forenses é nunca supor nada. Nesta obra, Sue Black nos revela como chegar a conclusões coerentes se prestarmos atenção ao que o esqueleto, ou parte dele, tem a nos dizer. Examinar provas e construir uma história possível que seja capaz de explicar as descobertas são partes relevantes e importantes do trabalho do antropólogo forense.

As premissas

A obra é dividida em três partes: Parte I – Cabeça; Parte II – Corpo; Parte III – Os Membros. O trabalho do antropólogo forense é ler o esqueleto, em todas as suas generalidades e particularidades. Os adultos têm cerca de 206 ossos, mas os bebês têm quase 100 ossos a mais. Ao longo da infância, alguns ossos se juntam – fenômeno que chamamos de ossificação. Isso pode nos indicar quanto tempo de vida, em meses ou anos, tem o indivíduo. Esse tipo de dado é crucial em um caso criminal.

Normalmente, essa leitura é de uma vida que já terminou e os interesses centram-se em saber como ela foi vivida e em quem a viveu. Busca-se desvendar as experiências gravadas nos ossos e, quem sabe, ser capaz de devolver o nome ao corpo.

> O que deixa os antropólogos forenses com uma inquietação eterna são os desaparecimentos e mortes que não são resolvidos, seja porque todos os esforços para encontrar um corpo acabam sendo infrutíferos, seja por termos um nome que não conseguimos identificar, o que de certa forma, parece bem pior. Saber que fizemos tudo possível não alivia a sensação de trabalho inabalado e justiça não feita. (Black, 2022: 105-106).

Abro aqui um parêntesis, pois essa inquietação eterna é um assunto custoso a todo antropólogo forense, perpassando também os familiares de vítimas de desaparecimentos. Quando se trata de remanescentes desconhecidos, enfrentamos dois desafios: a indefinição da condição humana e a morte (Resende, 2012). A condição humana é o resultado da combinação entre o corpo humano material, a existência jurídica e a personalidade civil; é o indivíduo cultural e socialmente construído (Medeiros, 2015). A morte por si só justificaria a extinção da pessoa, mas essa morte biológica não é o suficiente, é preciso identificar, nomear, devolver o corpo à família.

A equivalência entre corpo e pessoa parece evidente, mas em casos de pessoas desaparecidas e cadáveres desconhecidos essa correspondência não é clara. Há nomes sem corpos e corpos sem nomes e essa situação cria um estado de "suspensão" na condição de pessoa (Resende, 2012). Nesse sentido, para transformar o corpo em pessoa, é preciso que ela "termine de morrer", sendo identificada por laudos e documentos que determinem quem morreu e como morreu – ou, como coloca Sue Back, demonstrar como essa viva foi vivida e quem a viveu.

Identificar o cadáver ou a pessoa por trás dele é o objetivo final da antropologia forense. Essa atividade é essencialmente comparativa. Para uma identificação positiva, é preciso cruzar dados *ante-mortem*, como exames, radiografias ou fotografias, por exemplo,

com dados *post-mortem*, como a elaboração do próprio perfil biológico. Dar um nome ao corpo é dar a ele o direito de "ser".

A obra

"Parte I – Cabeça". Em uma investigação forense, o crânio é valioso, pois é onde guardamos nosso cérebro e intelecto, nossos sentidos, nossa consciência e humanidade. O crânio protege o cérebro, conduz com segurança nervos e vasos sanguíneos, oferece espaço aos nossos dentes e abriga grande parte dos nossos cinco sentidos. O crânio pode contar muito sobre um indivíduo. Seu formato e suas medidas têm o potencial de fornecer informações diversas, especialmente sobre o sexo biológico, idade e, por vezes, sobre a afinidade populacional.

Além do crânio, compõe a cabeça o nosso rosto. Ele transmite expressões e comunicação, nos identifica e nos individualiza. Reconhecer um rosto é uma habilidade, mas ser capaz de descrevê-lo é outra. Nossa cabeça é capaz de revelar parte importante da nossa história. Geralmente, as perícias antropológicas entram em cena quando não há possibilidades de reconhecer o corpo. Estamos falando então de restos humanos, fragmentos de ossos, corpos em adiantado estado de decomposição, esqueletizados ou, até mesmo, carbonizados.

"Parte II – Corpo". Sue Black discorre sobre a coluna vertebral, o tórax e a garganta. A existência de um eixo central – de uma coluna vertebral conectada ao cérebro – é o que nos torna humanos. A espinha dorsal é composta pelas vértebras e tem por objetivo proteger a nossa medula espinhal. Em uma investigação forense, as vértebras, muita além de protetoras, podem fornecer uma série de elementos e nos dar algo sobre a idade, sexo e estatura, além de lançar luz sobre a ocorrência de patologias, lesões e traumas. Ao passo que envelhecemos, é comum que, ao longo da vida, osteófitos comecem a se desenvolver nas beiradas de cada vértebra, limitando nossos movimentos. Essas formações ósseas podem indicar, por exemplo, a manifestação de artroses e, por consequência, indicar se estamos diante de um corpo idoso.

O tórax, por sua vez, protege nossos delicados pulmões e coração, oferecendo estrutura para fixação de músculos, para a respiração e para os movimentos dos membros superiores. Por vezes, em ocorrências de crime, o tórax é alvo frequente para lesões. O padrão dessas lesões provocadas por armas de fogo ou facadas, por exemplo, pode ser essencial para a investigação de traumas, assim como é capaz de indicar o *modus operandi*.

Nesses casos, o antropólogo forense precisa ser capaz de reconhecer os tipos de lesões e como elas se comportam, ou seja, determinar se ocorreram antes, durante ou depois da morte. Fraturas anteriores à morte geralmente não estão diretamente relacionadas à causa dela, mas podem indicar, por exemplo, histórico de abusos. Fraturas após a morte podem não estar ligadas a ela, mas ajudam a entender como o corpo foi manipulado, se ele foi deslocado, por exemplo. As fraturas ocorridas no momento da morte são as mais valiosas para a investigação. Isso pode ser observado nos ossos e na forma como eles respondem a cada lesão.

Não é diferente com a garganta. O osso hioide é o único que não articula com outros ossos e está envolvido por músculos e cartilagens. Ele fica localizado abaixo da

mandíbula, na parte superior do pescoço e à frente da terceira vértebra cervical – se você apertar com leveza será capaz de senti-lo. Em casos criminais, o hioide fraturado pode ser um bom indicativo de asfixia.

A habilidade de saber diferenciar fraturas e lesões nos momentos que ocorrem é essencial. Talvez o maior valor da coluna, do tronco e da garganta esteja nas informações que fornecem sobre os danos perpetrados nas vítimas. Cabeça e tronco são críticos, pois costumam carregar provas da forma e da causa da morte, assim como têm mais chance de ajudar com a identificação.

"Parte III - Os membros. Conectar os ossos". A cintura escapular une os membros superiores ao tronco, enquanto a cintura pélvica une os membros inferiores ao quadril. Nossos braços e pernas, por exemplo, podem dizer muito sobre estresses e lesões sofridos ao longo da vida, seja levantando ferro nas horas gastas na academia, ou num osso cicatrizado após um acidente de bicicleta. Além disso, podem ser bons indicativos de estatura e sua ossificação pode indicar a idade de bebês e crianças. Já a nossa pelve é fonte rica de informações, pois é a parte mais dimórfica do corpo humano. A pelve possui formatos, caracteres e tamanhos com bons indicativos para diferenciar o sexo biológico, afinal é a chave para a nossa locomoção, o portal para o nascimento e para a evolução humana.

Implicações

Todos os dados de uma investigação forense devem estar descritos em um laudo. Este documento busca afastar incertezas técnicas e científicas que podem vir a surgir sobre como a perícia foi realizada. Nele estão contidas descrições sobre o corpo, metodologias aplicadas e tudo a ele relacionado, sejam roupas ou objetos encontrados na cena, por exemplo. O laudo registra toda a cadeia de custódia e auxilia os diferentes atores a interpretarem o caso, devendo ser bem comunicado por uma linguagem acessível a juízes, promotores, delegados, advogados (Abraf, 2024).

Sue Black fala sobre suas experiências em tribunal, onde precisa estar pronta para apresentar e defender seus pensamentos e opiniões, sustentados pelo rigor científico, como parte do processo judicial. O tribunal é o local final onde o trabalho do antropólogo forense é ecoado. Pode ser um grande desafio transmitir todo estudo e conhecimento elaborados no processo forense, por isso, todas as fases devem ser bem descritas e comunicadas.

Grande parte dos nossos ossos podem não oferecer provas conclusivas sobre a nossa identidade, principalmente quando os ossos estão mal preservados, fragmentados ou ausentes, mas podem proporcionar informações sólidas para orientar a direção de uma investigação. É preciso ter em mente que a identificação não é uma questão de certeza e, tampouco, é absoluta. É questão de probabilidade e, por isso, os cientistas precisam entender os princípios sustentados pela estatística. Nossos corpos contam as histórias que os outros não podem ou não conseguem contar. Lembre-se, a regra de ouro é não supor nada.

Nessa jornada pelo corpo humano, Sue Black demonstra que o trabalho do antropólogo forense não é criar uma história, mas encontrar e compreender a história que foi escrita nos nossos ossos e na nossa existência.

Referências Bibliográficas

ABRAF. 2024. *Diretrizes e Boas práticas em Antropologia Forense*. Associação Brasileira de Antropologia Forense (Gestão 2022-2024). Campinas, SP: Millennium Editora.

Black, Sue. 2022. *Ossos do Ofício*. Rio de Janeiro: DarkSide Books.

Medeiros, Flávia. 2016. *Matar o morto: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Coleção Antropologia e Ciência Política. Rio de Janeiro: Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense.

Rezende, Patrick Arley. 2012. *Corpos sem nome, nomes sem corpos: desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa*. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 176 f.

Sobre a resenhista

Luiza Báo Sobreira

Graduada em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, 2019. Mestre em Antropologia Forense pela Universidade de Coimbra, 2020. Integrante do grupo de pesquisa Environmental Isotope Studies, Universidade de Brasília. Coordenadora da RENIF Jovem (Rede Nacional de Isótopos Forenses).

Autoria: A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: sem financiamento

Recebido em 05/08/2024
Aprovado para publicação em 30/05/2025